

Speaking Points
Ana Paula Laissy, Chefe da Unidade RUP, Comissão Europeia DG REGIO
Visita de mulheres do PSD
PE, Bruxelas, 21 de Março de 2011

- Agradecer o convite da Sra. Deputada, Professora Maria da Graça Carvalho e felicitá-la pela iniciativa, pelo dinamismo e pela sua acção concreta e importante em prol da aproximação das Instituições europeias aos seus cidadãos e aos seus representantes eleitos.
- A Política de coesão/fundos estruturais é um tema vasto e complexo que pode ser abordado por vários ângulos e com o apoio de muitos e fastidiosos números... mas por respeito pelos outros intervenientes e pelo programa, tentarei manter os 15 minutos previstos, abordando por alto a filosofia da futura e da presente política. O que ficar por dizer espero que poderá ser abordado durante o debate.
- A **política de coesão** (FEDER/FSE/Fundo de coesão) constituiu um instrumento chave para a construção e o desenvolvimento da UE desde que existe: criação de milhões de postos de trabalho; infra-estruturas, modernização dos processos de produção e modo de vida dos europeus, redução da pobreza e das disparidades entre regiões.
- Constitui 2º orçamento de despesas da EU (€50 milhares de milhões período 2007-13) a seguir à Política agrícola comum.
- Investimentos até agora permitiram a criação de muitas infra-estruturas "sólidas" (redes de estradas, auto-estradas, portos, aeroportos, centros de saúde ou de lazer, melhoramentos turísticos, centros de tratamento dos lixos, formação e reinserção profissional) absolutamente necessárias para a criação do tecido económico.

Futuro

- Actualmente está-se a reflectir – num contexto de globalização e de realidades económicas e políticas em permanente evolução – na **reforma** desta política pois considera-se que a União precisa de investimentos devidamente orientados para o alvo que queremos alcançar: a realização da **Estratégia Europa 2020**.
- Estratégia 2020 é a nova versão modernizada da passada Estratégia de Lisboa: **investir na inovação, no crescimento sustentável e na especialização** inteligente permitindo o melhoramento das condições económicas, sociais e ambientais da União e, in fine, da coesão social entre os seus cidadãos.
- Para tanto, a **futura arquitectura** da política de coesão prevê o desenvolvimento de contratos de parceria com os EM; a concentração num nº reduzido de prioridades reflectindo a Estratégia 2020; o estabelecimento de objectivos claros e que possam ser medidos.
- Claramente um dos objectivos da reforma desta política é também o melhoramento do sistema de **gestão e de controlo no terreno** – continuando ao mesmo tempo com uma preocupação particular no que respeita às regras de **transparência e de responsabilidade** num sistema chamado de "**gestão partilhada**" entre: instituições europeias/ Estados membros/regiões.
- **Perspectivas financeiras - Orçamento 2014-2020**: ninguém pode dizer actualmente qual vai ser o orçamento total da União e ainda menos o envelope dedicado à política de coesão para o período de programação pós 2014. Os debates e negociações estão em preparação e a única certeza que temos é que vão ser renhidos, complexos e longos.

- Algumas características anunciadas pelo Comissário responsável pela Política Regional para a futura política no seguimento do 5º Relatório da Coesão (adoptado em Novembro 2010):

- elegibilidade e cobertura de **TODAS as regiões** tanto continentais como ultraperiféricas
 - atenção especial para as **idades** (70% da população): criação de crescimento, de riqueza, de conhecimento e desenvolvimento, mas também de poluição, de focos de pobreza, exclusão social e económica
 - concentração nas regiões/ Estados membros **menos desenvolvidos** (sistema que continuará a ser baseado no rendimento per capita regional: limiar 75%)
 - simplificação dos processos/regulamentos/exigências que se complexificaram com o decorrer dos anos e que por vezes impedem a utilização dos envelopes com a rapidez e flexibilidade que seria de desejar ... **União de projectos e não de processos** (dixit Comissário J.Hahn) (de assinalar o Relatório da Deputada Graça Carvalho sobre o orçamento futuro em que a questão da simplificação é devidamente levantada)
- Está a decorrer um extenso processo de consulta a todos os níveis: Instituições europeias/Estados membros/Regiões/sociedade civil a fim de se recolherem todas as sugestões /ideias/preocupações e elaborar respostas adequadas a nível comunitário: é importante definir o que "se quer fazer" antes de pedir "quanto se vai gastar".
- Em paralelo está-se a reflectir sobre a redacção dos futuros regulamentos (Fundo de desenvolvimento regional e Fundo social europeu) que serão provavelmente adoptados pela Comissão antes do Verão, mas a palavra de ordem é "SIMPLIFICACAO"...

Presente programação em Portugal

- Portugal beneficia de um envelope de 22 milhares de milhões repartidos pelas regiões que se situam nos 3 "objectivos" (convergência, competitividade e emprego, cooperação territorial)
- Prioridades dos Programas Operacionais (definidos pelo Governo em coordenação com as Regiões):
 - investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação
 - formação avançada nas áreas de ciência e tecnologia
 - formação, educação e acesso ao mercado do trabalho
 - infra-estruturas de transportes e acessibilidade
 - infra-estruturas e serviços relativos às TIC
 - apoio ao empreendedorismo (PME)
 - protecção do ambiente e promoção do crescimento sustentado (alterações climáticas)

Regiões Ultraperiféricas europeias (RUP)

- Das 9 RUP actuais, 2 são Portuguesas (Açores e Madeira); 1 Espanhola (Canárias); 6 Francesas (Guiana, Guadeloupe, Martinica, St Barthélemy, St Martin, La Réunion)
- Constrangimentos específicos: distância da capital (10 mil km entre a Ilha da Reunião e Paris, por exemplo); clima, topografia e relevo especiais (vulcões); dependência em apenas alguns produtos agrícolas devido à escassez de terras aráveis e ao clima (açúcar, bananas, vinha)
- Regras e soluções existentes para as regiões do continente europeu nem sempre são as mais adequadas nem as mais aplicáveis às RUP
- Política deliberada de tratamento especial: artigo no Tratado de Lisboa (349)
- Mas as RUP também têm trunfos e potencialidades fenomenais: zona exclusiva económica enorme, biodiversidade (marinha e terrestre); céus propícios ao desenvolvimento da astronomia e observação da abóbada celeste
- Novo paradigma: que benefícios, riquezas e mais valias as RUP podem trazer ao resto da União Europeia.

Fundo de solidariedade

Criado em 2002, este fundo "virtual" pois não está orçamentado, beneficiou Portugal várias vezes no seguimento de catástrofes naturais graves (incêndios, chuvas diluvianas e cheias).

A última catástrofe natural: Madeira que beneficiará de um envelope de €13 milhões para ajudar o reembolso das despesas de apoio ao socorro às vítimas, normalização das infra-estruturas, limpeza dos locais, etc.

Obrigada pela atenção.

=====

Para mais informações:

<http://ec.europa.eu.inforegio>